



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

ATA N.º 9

-----Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Moura, tendo estado presentes: -----

----- **Presidente:**----- **Santiago Augusto Ferreira Macias** -----

----- **Vereadores:** ----- **Francisco Manuel Canudo Sena** -----

----- **José Gonçalo Garradas Valente** -----

----- **António José dos Santos Gomes** -----

----- **Maria do Céu 'Rato Santa Maria Gonçalves** -----

----- **José Francisco Calado Banha** -----

----- **Joaquim António Senrada Simões**-----

-----Esteve ausente a vereadora Maria de Fátima Branco Roberto Ourives -----

-----JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

-----De acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 39º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, foi justificada a falta da vereadora Maria de Fátima Branco Roberto Ourives à presente reunião. (doc.01/09)-----

-----SUBSTITUIÇÕES-----

-----De acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 39º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, foi justificada a falta à presente reunião foi convocado para substituir a vereadora Maria de Fátima Branco Roberto Ourives, o vereador José Francisco Calado Banha.-----

-----A reunião foi secretariada pela Dr.ª Maria de Lurdes Soares, coadjuvada pela funcionária Teresa Dulce Mendes Batista Caçador.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO

Após verificação da existência de quórum foi pelo Presidente declarada aberta a reunião, com os pontos constantes da seguinte Ordem de Trabalhos:

Aprovação da Ata da reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Moura realizada em oito de abril de dois mil e quinze

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

Agradecimento pela reparação da estrada de acesso ao Agro-Turismo "Horta dos Torrejais" em Moura

PRESIDÊNCIA

Relatório e Contas do Ano de 2014

2ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2015

Pedido de Empréstimo

Proposta de Projeto de Regulamento Municipal de Licenciamento das Atividades Diversas

Proposta de ratificação do protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Moura e a Fábrica da Igreja Paroquial da Amareleja

Proposta de Aumento Temporário de Fundos Disponíveis

Proposta de intenção de cedência do Convento do Castelo à empresa Encostas d'Alqueva

DIVISÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO, GESTÃO FINANCEIRA E RECURSOS HUMANOS

Proposta de Admissão de Pessoal - Dois Assistentes Operacionais (Gestão Florestal), para o exercício de funções no Gabinete Técnico Florestal



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Proposta de Admissão de Pessoal - Cinco Assistentes Operacionais (Serviços Gerais) para o exercício de funções na Divisão de Cultura, Património e Desporto pelo período de seis meses-----

-----Para conhecimento / Comparticipação da Câmara Municipal de Moura para 2015 - Conservatório Regional do Baixo Alentejo-----

-----Lei dos compromissos e Pagamentos em Atraso-----

-----Proposta de atribuição de apoio financeiro para organização do XII Passeio Equestre no âmbito da Feira Empresarial / Fórum de Energias Renováveis / Salão de Caça e Pesca-----

-----Pedido de parecer prévio favorável - Contratação de prestação de serviços de vigilância e segurança para a XI Feira Empresarial de Moura / IV Fórum das Energias Renováveis / IV Salão de Caça e Pesca - Maio de 2015-----

-----Pedido de parecer prévio favorável - Contratação de prestação de serviços na área da Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho-----

-----Pedido de parecer prévio favorável - Contratação de prestação para dois espetáculos musicais a realizar na XI Feira Empresarial de Moura / IV Fórum das Energias Renováveis / IV Salão de Caça e Pesca - Maio de 2015-----

-----Pedido de parecer prévio Favorável - Contratação de prestação de serviços de consultadoria informática-----

-----Edifício dos Quartéis - Rescisão de Contrato / Espaço Comercial L2 - Arrendatário: Joaquim Carinha da Cunha-----

-----Cobrança de consumo de água - Pagamento em prestações - Requerente: Rui Pedro Batalha Gomes, residente na Rua do Amparo, n.º 25, em Moura-----

-----Cobrança de consumo de água - Pagamento em prestações - Requerente: Joaquim José da Conceição Barão, residente nos Edifícios Girassol, Lote 24 r/chão esquerdo, em Moura-----

-----Cobrança de consumo de água - Pagamento em prestações - Requerente: Maria João Chagas Escoval Duarte, residente no Largo da Latôa, n.º 20 - 1.º esquerdo, em Moura-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

GABINETE JURÍDICO

-----Proposta de projeto de Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho e Não Sedentária exercida por Feirantes e Vendedores Ambulantes, submissão a apreciação pública e audiência das entidades representativas dos interesses em causa e posterior aprovação pela Assembleia Municipal de Moura -----

-----Transmissão onerosa do Lote n.º 46 da Zona Industrial de Moura por parte da empresa "R.A.I.G- Construções, Lda."-----

DIVISÃO DE APOIO SOCIAL, SAÚDE E EDUCAÇÃO

-----Proposta de aprovação de isenção de pagamento de passe escolar no 3.º período do corrente ano letivo à aluna Melissa Moita Poupa, residente em Amareleja -----

-----Proposta de aprovação de isenção de pagamento de passe escolar no 3.º período do corrente ano letivo à aluna Alexandra Isabel Calhanas Mavioso, residente em Amareleja -----

-----Proposta de isenção de pagamento de ramal de saneamento a Maria Delfina dos Reis Flores, residente na Rua da República, n.º 21, em Sobral da Adiça -----

-----Proposta de aprovação de atribuição de verba para material informático e consumíveis de informática para o ensino Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico para o ano letivo 2014/2015 -----

DIVISÃO DE CULTURA, PATRIMÓNIO E DESPORTO

-----Proposta de aprovação do programa das "Comemorações do 41.º Aniversário do 25 de Abril" no Concelho de Moura-----

-----Proposta de atribuição de apoio financeiro ao grupo "Luís e Sofia Zumba" no âmbito do evento "Zumba Fitness Party"-----

-----Proposta de aprovação do Regulamento do Concurso de Mastros Populares / Comemorações do Feriado Municipal-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Proposta de aprovação do Regulamento do 14.º Festival de Marchas Populares - Moura 2015 / Comemorações do Feriado Municipal-----

-----DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E CONSERVAÇÃO-----

-----Empreitada de construção do Edifício do Leilão de Gado em Moura - Proposta de modificação objetiva do contrato (6.ª)-----

-----Plano de Ação do Município de Moura para a Gestão de Resíduos Urbanos

-----Concurso Público n.º 09/2010 - Empreitada de requalificação do espaço envolvente ao antigo Matadouro Municipal de Moura - Proposta de não aplicação do valor da multa contratual por violação dos prazos contratuais -----

-----DIVISÃO DE PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA -----

-----Obra na Rua do Espírito Santo, n.º 23, em Moura - Conclusão dos trabalhos-----

-----Proposta de alteração ao Loteamento Municipal da Horta de S. Francisco-----

-----Pedido de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento de Interesse Público Municipal da Atividade Agroindustrial desenvolvida na Exploração Agrícola sita na Courela dos Aleixos prédio rústico N.º 9 Seção C da Freguesia de Amareleja - Requerente: José Manuel Coelho e submissão do documento a aprovação da Assembleia Municipal de Moura-----

-----Pedido de reconhecimento de Interesse Público Municipal das Atividades Agroindustriais desenvolvidas pela Empresa Vale Formoso, S.A. - Prédios rústicos N.ºs 251,244,140,141,142,143,144,146,151 e 369 da Seção B da Freguesia da Póvoa de S. Miguel, e alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do concelho de Moura - Requerente: Vale Formoso S.A. -----

-----Empreitada de restauro da Igreja do Espírito Santo em Moura - Revisão de preços definitiva e conta final-----

-----Regulamento Municipal de Remoção e Recolha de Veículos na Via Pública - Para conhecimento da Câmara Municipal de Moura e submissão a aprovação da Assembleia Municipal de Moura -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----O Presidente da Câmara deu início a este período deixando algumas notas, a primeira fazia referência à realização da 3ª edição do Fórum XXI sobre "Reabilitação Urbana ou Arqueologia e Museus" que havia tido lugar na Igreja do Espírito Santo, a qual considerou ter sido um assinalável sucesso em termos de público e da qualidade das participações que envolveu técnicos do município. Referiu-se também ao início da iniciativa Mouraalumni referente aos antigos alunos da Escola Secundária que se distinguiram do ponto de vista profissional e que actualmente trabalham fora do concelho, mais informando que a segunda edição iria ter lugar no próximo mês de maio com a presença da jornalista Elisabete Pato. Deu ainda conhecimento de que a Câmara Municipal tem vindo a dar passos importantes na preparação de Projetos Comunitários nomeadamente no âmbito das ITI e da preparação de projectos para outras intervenções ou candidaturas que não farão parte das ITI, logo quando existirem essas candidaturas a Câmara pensa estar na linha da frente em termos de apresentação de propostas. -----

-----Neste período pediu a palavra o vereador Francisco Canudo Sena para referir ter registado com agrado a decisão do Presidente em ter resolvido facultar a cópia áudio da reunião de Câmara informando que o processo não ficaria encerrado prestando a informação de que, de acordo com o direito que o Partido Socialista entende assisti-lo, faria relativamente àquilo que consideram ser um direito alienável que será o direito da expressão de voto, fazer valer a nossa vontade junto das entidades competentes. -----

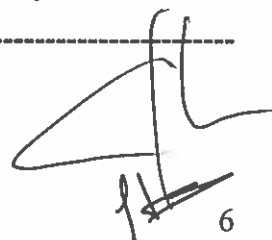
-----Não havendo mais intervenções o Presidente deu como encerrado este período. -----

-----RESUMO DIÁRIO-----

-----DOC. 02/09 -----

-----Foi presente resumo diário n.º 72, da Tesouraria, referente ao dia 21/04/2015, que regista um saldo de 1.396.083,06€, em Operações Orçamentais. -----

-----TOMADO CONHECIMENTO-----



6



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA REALIZADA EM OITO DE ABRIL DE DOIS MIL E QUINZE-----

-----Colocada à discussão e análise a ata n.º 8 referente à reunião ordinária de 8 de abril de 2015, foi a mesma colocada à votação e **aprovada com cinco votos a favor e duas abstenções dos vereadores Maria do Céu Rato e José Francisco Banha.** -----

-----CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA-----

-----AGRADECIMENTO PELA REPARAÇÃO DA ESTRADA DE ACESSO AO AGRO-TURISMO "HORTA DOS TORREJAIS" EM MOURA-----

----- DOC.03/09

-----Foi presente ofício enviado pelo Agro-Turismo "Horta de Torrejais" a agradecer a rápida reparação da estrada de acesso ao mesmo. -----

-----TOMADO CONHECIMENTO-----

-----PRESIDÊNCIA-----

-----RELATÓRIO E CONTAS DE 2014-----

----- DOC.04/09

-----Foi presente para apreciação o documento referido em epígrafe.-----

-----No âmbito do documento em apreciação o Presidente da Câmara sublinhou, que para além da variedade e da continuidade de intervenções que o município desenvolveu no ano de 2014, princípio de trabalho que será seguido e aprofundado em 2015 como nos seguintes anos, realçava ainda um aspeto que lhe parecia digno de nota referente ao último parágrafo da introdução ao documento, no qual o que estaria escrito se havia mantido deliberadamente. Esclareceu que a realidade dos municípios e a sua capacidade de gestão e de decisão estarão na presente altura fortemente condicionadas pela legislação em vigor, nomeadamente pela Lei dos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

Compromissos, logo aquilo que foi feito em termos de relatório ou de introdução passou por uma actualização de informação, relativamente às questões fundamentais de índole política a Câmara entendeu não haver alteração digna de registo na relação entre a Câmara Municipal e o poder central. -----

-----No uso da palavra o vereador António Gomes mencionou que, relativamente ao Relatório e Contas havia uma questão prévia que se prendia com a dificuldade na entrega dos documentos, para que com mais tempo pudessem ser analisados com a devida profundidade e detalhe, realçando que menos de quarenta e oito horas seria um espaço temporal um pouco apertado para a análise necessária, embora compreendesse as dificuldades inerentes a estes processos, desde logo pelas imposições legais e por se saber que este relatório estaria dependente de algumas instituições em que a autarquia teria participação. Quanto à substância do mesmo, o vereador principiou por tecer alguns comentários e colocar algumas questões. Começou por referir um conjunto de aspectos, nomeadamente ao endividamento em cujo relatório é referido que a dívida resultante de empréstimos reduziu de sete milhões e trinta e cinco mil euros para seis milhões trezentos e oitenta e dois mil euros, fruto das amortizações efectuadas durante o ano, contudo, lembrou que durante o ano de 2014 havia sido solicitado e autorizado pela Assembleia Municipal um empréstimo no valor de novecentos e noventa mil euros que tendo obtido o visto do Tribunal de Contas já no final do ano, só iria ser executado no final de 2015, logo, por essa razão, verificava uma descida da dívida resultante de empréstimos. Salientou ainda que o total da dívida isso sem contar com o referido empréstimo cresceu cem mil euros; no respeitante às contas das empresas nas quais a autarquia possui participação, nomeadamente e especificamente as empresas municipais e a Comoiprel não foram fornecidas quaisquer contas destas instituições, constando do relatório alguns agregados provenientes das referidas contas, sem contudo estarem explanadas, dificultando assim a apreciação e a avaliação de alguns aspectos constantes do mesmo; no respeitante aos critérios referidos na página 20 do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

documento que determina a extinção ou a alienação das empresas municipais, alertou para a necessidade da correcção da palavra “extensão” devendo ler-se “extinção”; observando-se o para o mapa da referida página constata-se que as vendas e as prestações de serviço da Empresa Lógica que no ano 2013 apresentava um valor de cerca de dezassete mil e novecentos euros, no ano 2014 ascenderam a quatrocentos mil euros, questionando a que corresponderia efectivamente este último valor; no que concerne à receita, o vereador indagou sobre o facto de se ter verificado uma diminuição das receitas de capital em quase dois milhões de euros, pelo que questionava a que se devia a mesma; no respeitante ao balanço destacou uma redução do ativo líquido como refere o relatório num valor significativo, concretamente cinco milhões de euros, uma redução dos fundos próprios de quase seis milhões de euros provenientes do resultado líquido negativo no mesmo valor; no respeitante ao passivo verificou um acréscimo das dívidas a curto prazo, mais concretamente a outros credores no valor de um milhão e trezentos mil euros; no que concerne à demonstração de resultados o vereador referiu manter-se a situação estrutural dos resultados operacionais negativos e de valor elevado, aspeto para o qual aludiu já ter alertado em anos anteriores e que seria conveniente corrigir; quanto aos resultados extraordinários verificava-se uma verba de um custo anormal – multas e penalizações num valor aproximado de trezentos mil euros sobre o qual solicitava informação sobre ao que corresponderia concretamente as anteriormente referidas que somavam no total exactamente duzentos e oitenta e nove mil e quinhentos euros. Mais aludiu o vereador António Gomes que avaliando o mapa orçamental da execução da despesa constatava que as transferências para as Juntas de Freguesia, quer as transferências correntes, quer as de capital teriam tido uma execução de cerca de 21% o que lhe causava estranheza por ser uma percentagem muito baixa, contrariamente ao que acontece com as empresas municipais cuja execução seria superior a 50%. No que respeita às Grandes Opções do Plano e ao Plano Plurianual de Investimentos alertou para a muito baixa execução, que em alguns casos seria nula de alguns programas,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

nomeadamente no objectivo “Promover o investimento e o Emprego” aparece no programa “Infraestruturas e Equipamentos de Apoio” uma execução nula; no programa “Mais Educação” pouco mais de 1% de execução; na “Requalificação Urbana”- 0,18%; no “Parque Escolar” – 2,52%; o Plano Municipal de Emergência também sem execução. Constatou a existência num programa específico relativo à APPACDM correspondente a uma indemnização acordada com a mesma num valor de cinquenta mil euros que não foi executada, solicitando ao Presidente a confirmação ou não, pois tendo sido aprovado no passado ano uma alteração ao protocolo existente com a APPACDM que previa o pagamento de uma primeira prestação em 2014, questionando se foi paga. Continuou a sua análise referindo o programa de desenvolvimento económico relativo ao Pavilhão das Cancelinhas cuja execução havia verificado ser muito baixa, cerca de 12,7%, referindo-se ainda mais um conjunto de programas com execução muito baixa, presumivelmente também porque nalguns destes teriam sido colocadas dotações mais elevadas do que seria suposto poder executar, deixando algumas delas alguma preocupação a si e aos outros vereadores do Partido Socialista. O vereador António Gomes referiu-se ainda ao programa “Descentralização e Delegação de competências”, relativamente aos contratos interadministrativos também verificou a inexistência de execução – 0,35%, nos “Acordos de execução”- transferências correntes um valor de cerca de 2%, constatando em contraste a existência de programas com execução bastante alta, dando por exemplo o programa “Novas energias” que seria exclusivamente dedicado à Empresa Municipal Lógica cuja execução será de 100% com verbas do contrato programa de trezentos e sessenta e cinco mil euros; do programa da Contenda verificava uma execução de 69% também com execução a 100% do contrato programa. Por fim, o vereador quis acrescentar que o voto da vereação do Partido Socialista iria no sentido da abstenção fundamentalmente por duas razões, uma como já havia referido seria impossível assegurar uma análise exaustiva e com a profundidade necessária no pouco tempo que haviam tido e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

a outra pela falta de acesso às contas das Empresas Municipais e da Comoiprel. -----

-----No uso da palavra o Presidente da Câmara, deixou algumas notas mencionando as imposições legais às quais a Câmara se encontrava obrigada e que atrasavam significativamente aquilo que deveria ser a entrega, que tendo sido atempada, mas insuficiente em termos temporais, aludindo ser mais fácil alterar a legislação face a essas matérias, caso contrário, continuar-se-ia, na altura dos orçamentos, a enviá-los muito em “cima da hora”, uma vez que a Câmara só dispõe das normas de execução em meados do mês de outubro. Em relação à dívida, o Presidente aludiu que as dívidas que a Câmara possui estavam controladas e inclusivamente no que se refere às dívidas de curto prazo estas seriam facilmente ultrapassáveis se a Câmara parasse um conjunto de iniciativas e de apoios. Adiantou que os novecentos e noventa mil euros requeridos, estão a ser utilizados, sendo que durante os próximos meses a Câmara terá a totalidade do empréstimo empregue em coisas necessárias, referindo não entender a razão do Partido Socialista fazer o “jogo” dos negócios financeiros e da banca ao longo dos anos, pois, segundo a sua opinião, ao cortarem-se quatro milhões de euros a um município como o de Moura, tal obriga a que a Câmara tenha que recorrer ao empréstimo bancário, mais aludindo que a este pedido de empréstimo em votação na presente reunião, outros se lhe hão-de seguir porque os mesmos estão localizados em termos de intervenção e para investimentos necessários ao município de Moura, dando como exemplo: intervenção na habitação social – 365.000€; intervenção nas escolas – 174.000€; intervir e comprar equipamentos para os estaleiros municipais – 186.000€; parque de estacionamento frente ao Lar de S. Francisco – 155.000€ e ainda as intervenções nos asfaltamentos mais 100.000€. Aludiu que quer a vida quer o município de Moura não são dotações, números ou índices e referiu que quando é dito que o apoio ao investimento teria rondado os zero ou 0.3% disse que com facilidade contraporía aquela que teria sido a obra realizada na zona industrial, cujo investimento havia sido significativo e substancial que viria a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

melhorar e dar uma nova face àquela zona, tal como sublinhou o apoio dado ao Centro de Inspeção a Veículos e ao Centro de Recuperação Física, tendo todas essas intervenções contado com o apoio da Câmara Municipal. À semelhança destas, continuou o Presidente, contaram ainda outras tal como a modificação feita na REN por ser importante para o concelho, e a partir do mês de junho o Centro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas de Moura estará em funcionamento, sendo a preocupação da Câmara a de gerar emprego e criar desenvolvimento para o concelho de Moura, à semelhança do Pavilhão das Cancelinhas, investimento fundamental para o desenvolvimento da freguesia de Amareleja, entre muitas outras referências feitas pelo vereador António Gomes, mencionando no entanto que o problema esbarra sempre nos fundos disponíveis. Acrescentou que aquilo que o governo conseguira com o beneplácito do Partido Socialista em anos anteriores, teria sido a criação de uma parede legal, um princípio de regressão naquilo que seria a autonomia do poder local, que veio fazer com que a intervenção dos municípios tenha conhecido essa significativa regressão. O Presidente passou a palavra ao Dr. Jorge Pinto, para prestar esclarecimento sobre o tema em análise. -----

-----Este iniciou a sua intervenção começando por referir os muitos e constrangedores problemas no acesso ao sistema informático, o que levaria ao atraso na elaboração do documento e até na profundidade de alguns elementos que em condições normais deveriam ser tratados de outra forma. Começou precisamente por focalizar um desses aspectos, que estaria plasmado na parte final do relatório, exactamente para dar uma correcção devida ao problema do curto prazo e do médio e longo prazo. Fez referência a que na página 33 do relatório existia um mapa de correcção ao médio e longo prazo relativamente ao conjunto das dívidas existentes, tendo a Câmara Municipal assinado um contrato de pagamento em cinco anos com as Águas do Alentejo, no montante de um milhão seiscentos e cinquenta e dois mil euros de dívida que tinha para com esta, desse valor apenas quatrocentos e cinquenta e nove mil euros deveriam ser considerados como de curto prazo; depois de toda a dívida da Câmara Municipal, com excepção dos empréstimos,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

existia um milhão setecentos e um mil euros, dívida essa de curto prazo; referiu ainda que do conjunto dos seis milhões trezentos e oitenta e dois mil euros de dívida de empréstimos apenas seiscentos e setenta mil euros montante que vence em 2015 serão de curto prazo, acrescentando que a Câmara colocou junto da DGAL a necessidade de dar instruções para esta entrada em mais uma unidade de participação obrigada por lei, o fundo de apoio municipal, em que o município de Moura teria de realizar setecentos e quarenta e nove mil seiscentos e setenta e cinco euros e cinquenta e oito cêntimos que pagaria de acordo com a lei entre os anos de 2015 e 2021, deste valor que no balanço surge a curto prazo, apenas cento e sete mil são devidos em 2015, sendo toda a outra parte da dívida considerada de médio e longo prazo. Quanto às contas da ADEMO e a uma correção às contas da AMBAAL, o mapa que aparece explanado na página 27/28 que refere a margem do endividamento da Câmara apresenta um valor de cerca de duzentos mil euros de folga, deveria ser corrigido para duzentos e quarenta e três mil novecentos e oitenta e oito euros, contudo, ainda faltavam contas de algumas associações de que a Câmara pertence que ao existirem teriam se ser reflectidas no documento, existindo, como havia referido o vereador António Gomes, dependência de terceiros, que impedem a correcção desta matéria. Ainda sobre a dívida o Dr. Jorge Pinto destacou o aspeto que considerava mais importante a ter presente, que seria a evolução da capacidade de endividamento do município, ao encontrar-se em equilíbrio ou desequilíbrio, basicamente a receita corrente média do município será de onze milhões e setenta e cinco mil euros, aludindo que só quando a dívida da Câmara e do montante que exceder este limite se encontrar acima é que o Tribunal de Contas considera que existe o primeiro sinal de desequilíbrio, sendo a dívida da Câmara de nove milhões oitocentos e trinta e oito mil euros, encontrando-se portanto abaixo desta média em cerca de um milhão e duzentos mil euros. Acresce no entanto que a Câmara tem uma responsabilidade de dívida de terceiros e destes nove milhões e oitocentos mil euros ter-se-ia ainda de tirar cerca de cem mil euros correspondentes a operações de tesouraria que não relevavam, existindo setecentos mil euros de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

divida que relevam para a divida do município por força da lei, uma delas, que seria a que maior peso possui nesse aspeto era da Comoiprel, desta, comentou que a lei iria sofrer alterações face a um ou dois aspectos, no entanto haveria segundo a sua opinião mais do que uma apreciação técnica e económica sobre o relevo desta divida, uma predominância política, uma empresa comercial ou uma empresa local não relevam para o equilíbrio da dívida da Câmara se as suas contas estiverem equilibradas, uma cooperativa se estiver equilibrada, toda a sua divida mesmo equilibrada releva para a Câmara, logo isto em sua opinião não tem caracter técnico mas sim politico, questionando o facto de uma cooperativa como a Comoiprel que apresenta contas equilibradas o seu passivo relevam para a dívida da Câmara e porquê é o de uma empresa constituída ou participada pela Câmara Municipal se se apresentar equilibrada não relevaria, não existindo aspeto técnico neste item destes setecentos mil euros de divida das participadas que relevam para a divida da Câmara havendo quinhentos e vinte e três mil euros da Regie-cooperativa que relevam para a dívida da Câmara, bastando mudar o nome desta para empresa local para que deixe de relevar. Explicou que a margem de crescimento da dívida da Câmara até entrar no desequilíbrio conjuntural seria de seis milhões cento e setenta mil euros, no presente ano a Câmara havia feito crescer a sua capacidade de endividamento em um milhão duzentos e trinta e quatro mil euros a que se subtrai à partida novecentos e noventa mil euros que estão comprometidos, logo, a capacidade actual seria de duzentos e trinta e cinco mil euros, admitindo que a dívida a terceiros não sobe ou poderia subir cem mil euros como o vereador António Gomes havia suscitado, se somar aos duzentos e trinta e cinco mil euros os seiscentos e setenta mil euros de empréstimo, a Câmara poderia ter mais de oitocentos mil euros de empréstimos que consume dívida mas não a aumenta sendo este o aspeto essencial da lei; quanto ao equilíbrio corrente, em que pela primeira vez na última década o município de Moura apresenta resultados de equilíbrio corrente sustentados, ou seja, a sua receita corrente seria suficiente para pagar as despesas correntes, com a alteração da lei pagaria não só estas



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

últimas como pagaria a média da amortização de empréstimos na média dos setecentos mil euros sendo esta uma alteração qualitativa no equilíbrio das contas da Câmara Municipal, no relatório refere que as receitas baixaram e existe um mapa que evidencia ao longo de anos a evolução das receitas que se revela preocupante porque se estão a fazer comparações das receitas da Câmara ao ano 2007, colocando-se um conjunto de anos em que as receitas da Câmara que se têm vindo a degradar e na página 2 do Relatório é colocado que em relação ao ano 2010, exclusivamente por força das transferências das despesas do Orçamento de Estado que estavam aprovadas nesse ano, na sua primeira versão, as transferências para o município de Moura somariam, comparativamente com o orçamento de Estado para 2010 as reduções nas transferências acumuladas para o município de Moura seriam de cinco milhões seiscentos e noventa e quatro mil quinhentos e setenta e um euros, um número bastante significativo porque representa em termos reais cerca de 40% do orçamento de um ano. Acresce na redução nas receitas de 2014 em que se conjugariam dois factores, em primeiro lugar o fim do QREN e acresce ainda uma dívida à Câmara Municipal de cerca de um milhão de euros de fundos comunitários, ou seja, se a Câmara tivesse recebido como seria suposto este valor, a dívida de curto prazo estaria praticamente a zero. Mais referiu existir ainda um outro aspeto que o relatório evidenciaria sobre os impostos diretos cujo cobrador era o Estado e que faz as transferências para a Câmara Municipal, existe um valor de duzentos e vinte e cinco mil euros referente a IMI, Imposto de Circulação Automóvel, IMT e outros que o Estado não cobrou porque as pessoas também não pagaram voluntariamente sendo que depois as instruções dadas aos funcionários das finanças é que têm que ter como objectivos “caçar” o IVA e o IRS nas suas acções de injunção, não incidindo acções de injunção sobre os impostos que são propriedade dos municípios; a alienação de competências estarão muito em cima dos municípios actualmente, provindo cerca de um milhão e meio de euros da água e do saneamento. Disse que o resultado operacional só poderia ser equilibrado passando a receita para o triplo daquela que existe.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----O Presidente usou da palavra para deixar umas notas acerca do assunto, iniciando com a matéria relacionada com o passivo da Comoiprel que seria manifestamente uma matéria de teor político, não só pelas razões invocadas pelo Dr. Jorge Pinto mas também porque quando há necessidade de avançar com cursos profissionais com uma entidade como a Comoiprel, na altura em que os cursos não eram financiados, teria havido necessidade de coragem política para avançar, tendo obviamente um custo financeiro, logo, avançar com a Comoiprel sem que existisse uma rede, implicaria um esforço financeiro e coragem por parte da autarquia, aludindo a existência de valores que não seriam mensuráveis. Aludiu que, se a Câmara Municipal tem dum lado da balança aquilo que seria o passivo num valor acima dos cerca de seiscentos mil euros, a verdade passa pelo facto de que a Câmara tem centenas de jovens que ali fizeram o seu percurso escolar e que são atualmente uma força ativa e produtiva para o concelho de Moura. Em relação à matéria da Lei dos Compromissos o Presidente mostrou total desacordo face à opinião manifestada pelos vereadores do Partido Socialista, referindo que a leitura feita pelo Dr. Jorge Pinto acerca desta é uma leitura técnica do ponto de vista dum economista, quando a mesma terá de ser política, não podendo a Câmara dizer “se a receita for cumprida, a Câmara terá condições para executar a Lei dos Compromissos”, esta última será sempre entorpecente obrigando a mais burocracia, a mais procedimentos administrativos, a mais decisões numa cadeia de comando, quando aquilo que a Câmara precisa seria de espírito prático. Quanto à questão da ERSAR, o Presidente referiu que essa seria mais um “daqueles longos braços” cuja pretensão passa por cortar a autonomia do poder local que sobre a cobertura de uma harmonização tarifária que iria futuramente custar muito caro a todos os cidadãos; seguidamente o Presidente quis precisar um valor que referira anteriormente acerca do valor para as escolas tendo mencionado cento e setenta e quatro mil euros para as escolas, no entanto esse valor seria superior passaria a ser de cento e oitenta e quatro mil euros. Continuou aludindo à dívida do município de Moura, referindo existir de facto um milhão de euros a receber do IFDR de obras



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

executadas sendo necessária, neste momento, essa quantia para fazer face a outras despesas, não apenas para diminuir a dívida aos fornecedores como também para fazer novos investimentos e continuar a avançar, existindo ainda um outro aspeto que relatou ser importante de referir e que nem sempre era recordado, que se prendia com o facto da Autoridade Tributária e Aduaneira que concede isenções a municípios sem que a própria Câmara Municipal saiba concretamente o porquê nem como, o que leva o município a pedir informação acerca das mesmas não conseguindo obtê-las sendo que essas isenções traduzir-se-iam em receita municipal que a Câmara deixa de ter por força e opção duma entidade exterior à Câmara Municipal de Moura. Para finalizar o Presidente fez ainda menção ao QREN que conduziu a uma falta de receita, também porque Moura foi um dos municípios que mais à frente se encontrava em termos de execução de projectos, de execução de obras porque quer o executivo, quer os técnicos, quer os trabalhadores desta casa se empenharam sempre para que assim fosse, sendo que, ainda assim existe uma obra de valor significativo, o Pavilhão das Cancelinhas em Amareleja, que havia sido candidata em *overbooking* e sobre a qual não existe a certeza se a Câmara garantirá esse financiamento tendo a autarquia que aguardar pelo próximo outono para, quando terminar este ciclo de obras que necessitam de ser concluídas, ressaltando que a Amareleja o merece e a Câmara também. -----

----- O Dr. Jorge Pinto pediu para intervir só para fazer uma correcção que teria a ver com as multas e outras penalidades no valor de cerca de duzentos mil euros, ao observar o relatório constatou a existência de um problema de natureza técnica, tendo verificado que os serviços haviam lançado juros de mora, particularmente os juros dos contratos de água no ponto 6.95 quando o POCAL recomenda que sejam lançados no ponto 6.98 – juros financeiros. Deveriam ter ido à conta dos resultados financeiros e não à conta de multas e penalidade, logo desse valor apresentado cerca de 90% representam juros do contrato da água.-----

-----No uso da palavra o vereador António Gomes agradeceu os esclarecimentos prestados pelo Dr. Jorge Pinto que no seu entender foram



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

esclarecedoras do ponto de vista técnico, aludindo apenas a um comentário referente aos resultados operacionais, por nunca o ter referido, que estivesse à espera que estes últimos fossem positivos, quando aquilo que teria dito e para o qual tem vindo a chamar a atenção seria a expressão desses resultados que do seu ponto de vista se apresentariam negativos e demasiado altos. Apesar de todos os constrangimentos que advém da gestão dos chamados custos operacionais, o que deve traduzir sempre alguma preocupação da autarquia em procurar reduzi-los com medidas de gestão do maior rigor possível, no sentido de procurar reduzir estes valores, manifestando ainda não esperar que estes passassem a positivos, compreendendo que numa organização como é a autarquia, no contexto em que funciona, venha a ter resultados operacionais positivos tão rapidamente. Em relação às considerações do Presidente, o vereador referiu que este fala da substância daquilo que se encontra por trás dos números, dando-lhe razão em muitos aspectos, contudo o que se encontra em apreciação trata-se do relatório e contas, atendendo para o facto de não passar a imagem de que havia dito que a Câmara Municipal de Moura não apoiaria o investimento, salientando que havia dito que em algumas rubricas e nalguns programas das GOP, relativamente ao apoio ao investimento teria verificado execuções muito baixas menção essa que teria feito por contraposição com outros programas tentando que se percebessem quais as prioridades. Relativamente à Lei dos Compromissos, o vereador aludiu concordar com o Presidente sendo um facto que o problema passa também pelo subfinanciamento das autarquias, além de uma outra questão muito importante que em sua opinião não deveria ser descurada, a grave limitação da autonomia do poder local. Quanto à questão do endividamento, o Presidente referiu que a dívida estaria controlada, tendo o vereador manifestado que não suporia que esta estivesse descontrolada, contudo o que tinha vindo a dizer seria a respeito da dinâmica criada de empréstimos sobre empréstimos que não seria saudável do ponto de vista financeiro e que deveria ser gerida com alguma parcimónia. Para finalizar o vereador referiu uma questão que o Presidente havia mencionado sobre a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

responsabilidade do Partido Socialista na redução do financiamento às autarquias reiterando que o papel dos vereadores do Partido Socialista seria tão somente o respeito para com os que os haviam eleito e não com o partido que estariam a representar, sendo o seu compromisso e obrigação com todos os eleitores que haviam votado neles, tantos quantos os que haviam votado na CDU, menos vinte e um, procurando fazê-lo sempre com a mesma dignidade e o mesmo respeito com que o terão feito desde o início.-----

-----DELIBERADO, POR MAIORIA, COM QUATRO VOTOS A FAVOR E TRÊS ABSTENÇÕES DOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA, APROVAR O RELATÓRIO E CONTAS DO MUNICÍPIO DO EXERCÍCIO DO ANO DE 2014 E REMETER O MESMO À APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

-----2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2015 -----

----- DOC.05/09
-----Foi presente para apreciação a 2ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para o ano de 2015.-----

-----O vereador António Gomes pediu a palavra para referir que o presente documento não oferecia grandes dúvidas aos vereadores do Partido Socialista quanto ao sentido de voto, que iria ser favorável, contudo, referenciava alguns aspectos que pretendia ver melhor esclarecidos respeitantes a três rubricas que sobrepunham um acréscimo de dotação, mais concretamente “Estudos e pareceres” – 30.000 euros, solicitando uma explicação mais concreta sobre o que seriam esses estudos e pareceres, em relação à “Locação de outros bens” no valor de 25.000 euros que seria uma situação de renting questionava sobre para que seria este último, por fim na rubrica do “Apoio às Famílias” – 260.000 euros que o Partido Socialista saudava à partida, pretendendo no entanto saber a que se destinava esta verba.-----

-----O Presidente começou por esclarecer que o reforço de verbas e de rubricas já existiam em termos de GOP e de Orçamento, referindo a existência



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

de serviços e projectos que a Câmara iria executar externamente correspondendo um deles à questão levantada pelo vereador que seria o Projeto de Recuperação do Bairro do Carmo, procedimento esse com o objectivo de ganhar velocidade e tempo, passando de seguida a palavra à Dra. Maria de Jesus Mendes, para prestar alguns esclarecimentos. -----

----- Neste âmbito a referida técnica principiou por indicar que relativamente aos programas das famílias seria essencialmente motivado pelo programa de estágios do PEPAL. Quanto ao reforço da rubrica este dever-se-ia ao facto de que o ano ainda se encontrava a meio e até ao final deste poderia surgir alguma necessidade de recurso a algum estudo, parecer ou consulta não estando neste momento identificado, à semelhança do que acontecia em relação aos bens. Quanto ao *ranting* este era relativo a uma consulta informal a que a Câmara estaria a proceder com a objectivo de observar o mais conveniente para o município, ao nível de fotocopiadoras e material informático, podendo revelar-se mais vantajoso para a Câmara face à aquisição dos mesmos. -----

----- DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2015 E SUBMETTER O ASSUNTO À APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

----- PEDIDO DE EMPRÉSTIMO -----

----- DOC.06/09

----- Foi presente para apreciação proposta subscrita pelo Presidente da Câmara no sentido de ser concedida autorização prévia para despoletar o procedimento tendente à contratação de um empréstimo no montante de cento e setenta e cinco mil euros tendo em vista a intervenção na Igreja de Safara. -----

----- No âmbito do assunto em discussão o vereador Francisco Canudo Sena pediu o uso da palavra para colocar algumas questões, principiando com uma de senso comum, que teria a ver com o que tem vindo a assistir e que lhe causaria alguma preocupação, o facto da Câmara recorrer a empréstimo para realização de obra, que neste caso seria a reabilitação da Igreja de Safara,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

correndo o risco de esgotar este tipo de recurso, frisando contudo que seria intenção do Partido Socialista votar favoravelmente o presente pedido de empréstimo. -----

-----**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, AUTORIZAR A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO TENDENTE À CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO NO MONTANTE DE CENTO E SETENTA E CINCO MIL EUROS PARA O FINANCIAMENTO DAS OBRAS DE INTERVENÇÃO NA IGREJA DE SAFARA, DE ACORDO COM A PROPOSTA APRESENTADA.** -----

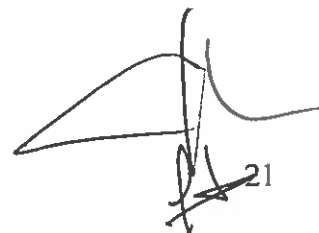
-----**PROPOSTA DE PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE LICENCIAMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS** -----

----- **DOC.07/09**

-----Foi presente proposta do Presidente da Câmara de aprovação do Projeto de Regulamento Municipal de Licenciamento das Atividades Diversas, e ainda, uma vez aprovado, a sua submissão a consulta pública para recolha de sugestões, finda a qual se submeterá a aprovação da Assembleia Municipal. -----

-----O vereador Francisco Canudo Sena pediu a palavra para referir um questão de pormenor, segundo o próprio, apontando para o final da página três da proposta, quando se tratava da questão da consulta pública referia-se “designadamente”, seguido de um grupo de entidades a serem consultadas, mencionando uma que lhe teria chamado a atenção, o Grupo Nacional de Escutas, pelo que sugeria que a Câmara fosse mais abrangente e pudesse incorporar e contemplar outras instituições como a Associação de Escoteiros de Portugal a pioneira no escotismo português. -----

-----**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE LICENCIAMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS E AINDA, UMA VEZ APROVADO, A SUA SUBMISSÃO A CONSULTA PÚBLICA PARA RECOLHA DE SUGESTÕES, FINDA A QUAL SE SUBMETERÁ A APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----



21



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----PROPOSTA DE RATIFICAÇÃO DO PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA E A FÀBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA AMARELEJA -----

----- DOC.08/09

-----Foi presente para ratificação o protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Moura e a Fábrica da igreja Paroquial da Amareleja referente ao edifício da Torre do Relógio. -----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, RATIFICAR O PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA E A FÀBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA AMARELEJA REFERENTE AO EDIFÍCIO DA TORRE DO RELÓGIO. -----

-----PROPOSTA DE AUMENTO TEMPORÁRIO DE FUNDOS DISPONÍVEIS-----

----- DOC.09/09

-----Nos termos da alínea c) do nº1 do artigo 4º, foi presente proposta do Presidente da Câmara, de aprovação de aumento temporário de fundos disponíveis no montante de cinquenta e três mil, quinhentos e quarenta e oito euros e cinquenta cêntimos, para fazer face à segunda prestação do valor a realizar no mês de dezembro com o Fundo Municipal, no ano de 2015. -----

-----Sobre o assunto supramencionado o vereador António Gomes, no uso da palavra, referiu não haver à partida objecções da parte dos vereadores do Partido Socialista, contudo quis chamar a atenção sobre um aspeto que seria por vezes recorrente relacionado com a fundamentação das propostas apresentadas, as quais no seu ponto de vista nem sempre se apresentavam devidamente esclarecedoras. Na questão do aumento temporário de fundos disponíveis seria importante perceber quer a origem dos fundos, quer o seu destino, questão essa que reforçava não estar suficientemente clara no documento. Aproveitando esta questão, o vereador deixou a solicitação para que em propostas futuras houvesse por parte da Câmara, ou de quem elabora as propostas, o cuidado nessa elaboração, percebendo que quem propõe estará dentro de todo o contexto e lidará com o assunto diariamente no



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

entanto, para os vereadores do Partido Socialista existiria muitas vezes a dificuldade em entender de que se tratava em concreto, apelando à compreensão e acrescentando que quem vota gosta obviamente de o fazer com pleno conhecimento do assunto, deixando o exemplo do conteúdo da proposta seguinte sobre a intenção de cedência que deixava em abstracto muita informação. Neste contexto apelou para que nas próximas propostas houvesse mais cuidado no detalhe da informação. -----

-----O Presidente aludiu não haver problema em detalhar mais aquilo que seria a informação disponível, no entanto, neste caso em concreto, haveria uma obrigação que a Câmara teria em relação à presente matéria que decorria inclusivamente de uma ausência nas GOP e Orçamento de 2014, porque na altura a Câmara não dispunha de fundo municipal, este seria apenas metade do valor, a Câmara teria cerca de 107.000 euros desse apoio anualmente, tendo o Presidente questionado a Dra. Maria de Jesus Mendes para melhor esclarecimento sobre o assunto. A mesma informou que o valor que o município de Moura teria de comparticipar para o ano 2015 no âmbito do FAME seria 107.097 euros, logo, os 103.548 euros corresponderiam a 50% do valor a pagar em duas tranches, a primeira no mês de Junho, a outra no mês de Dezembro, sendo os fundos disponíveis calculados tendo por base o trimestre, sendo o primeiro pagamento para efectuar em Junho, a Câmara ver-se-ia compelida a prever a primeira tranche no mês de Abril, considerando por bem e de acordo com a lei a correta previsão de comprometer os 107.000 euros. O Presidente acrescentou que futuramente a Câmara poderia elaborar uma explicação mais circunstanciada. -----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE AUMENTO TEMPORÁRIO DE FUNDOS DISPONÍVEIS, NO MONTANTE DE CINQUENTA E TRÊS MIL, QUINHENTOS E QUARENTA E OITO EUROS E CINQUENTA CÊNTIMOS, PARA FAZER FACE À SEGUNDA PRESTAÇÃO DO VALOR A REALIZAR NO MÊS DE DEZEMBRO COM O FUNDO MUNICIPAL, NO ANO DE 2015. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----PROPOSTA DE INTENÇÃO DE CEDÊNCIA DO CONVENTO DO CASTELO À EMPRESA ENCOSTAS D'ALQUEVA -----

----- DOC.10/09

-----Foi presente proposta do Presidente da Câmara Municipal de Moura de intenção de cedência do Convento do Castelo à Empresa Encostas d'Alqueva, e ainda de preparação de um protocolo nesse sentido a ser submetido à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal de Moura.-----

-----O Presidente, no âmbito do assunto em apreciação, referiu que estas matérias de intenção de cedência têm vindo a ser objecto de alguma controvérsia e de alguma incompreensão, pelo que procedeu à explicação de forma mais detalhada do que se pretendia. Adiantando que a Câmara Municipal possuía dois edifícios neste momento sujeitos a esta intenção de cedência, um seria o Convento do Carmo, o outro o Convento do Castelo, em ambos os casos a Câmara tinha de partir para uma base negocial, tendo dialogado com a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Alentejo, o que sucedeu na passada semana, teria de proceder à apresentação de documentação que permitisse comparecer numa posição minimamente segura, necessitando explicar a esta última a existência de uma deliberação de Câmara que permitia que se começasse a trabalhar, sendo este o primeiro passo a ser dado num longo processo que teria de passar por variadas etapas, incluindo a sua apresentação em Assembleia Municipal a fim de ser ou não ratificado por esta. Mais acrescentou o Presidente que no caso do Convento do Carmo havia surgido uma associação que teria mostrado interesse no imóvel, pelo que a Câmara iria desenvolver um projecto no processo negocial com essa mesma associação – Associação de Mulheres do Concelho de Moura- Moura Salúquia, no sentido de vir a ter um aproveitamento integral desse espaço, o que se avizinha tratar-se de um processo difícil, pela área significativa que aquele imóvel comportava e pelo investimento também muito significativo a desenvolver. Neste caso em concreto, o Presidente referiu que a Câmara teria vindo a ter negociações e conversas com a empresa Encostas d'Alqueva, estando a ser preparado um protocolo, ao qual, uma vez que a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

Câmara Municipal teria dado o seu aval, continuaria a seguir o processo. Acrescentou ainda que enquanto decorrer o processo negocial com a Câmara decorreriam em simultâneo processos de consulta e financiamento junto da CCDR, tendo a Câmara que garantir estar “mais à frente” perante outros municípios, frisando que qualquer deliberação que fosse tomada na Câmara, à semelhança da respeitante ao Convento do Carmo, não comprometeria minimamente este órgão.-----

-----Pedi a palavra o vereador Francisco Canudo Sena para referir que o actual assunto tinha vindo a ser deveras desconfortável, aludindo que as explicações dadas pelo Presidente confirmava a razão atrás referida pelo vereador António Gomes acerca da explicação dos assuntos. Em sua opinião, o Presidente teria o dever de explicar o que obviamente os vereadores do Partido Socialista desconheciam, acrescentando que a explicação proferida pelo Presidente seria suficiente para os vereadores poderem tomar posição sobre a matéria, pelo que solicitava que a mesma fosse explícita e transcrita em ata passando a referir que se a posição dos vereadores do Partido Socialista fosse a de votar esta proposta, a mesma não viesse a ser entendida de que a votação e participação nesta discussão referente a este assunto tivesse a ver com “dois pesos e duas medidas”, querendo isto dizer, não ter a ver com o facto de os vereadores do Partido Socialista terem tomado uma decisão relativamente ao Convento do Carmo e tomarem agora outra devido ao facto de claramente as instituições ligadas a uma e a outra vontade pertencerem a partidos políticos que ambos representariam ou afetos a partidos políticos que ambos representariam, no fundo uma instituição ligada ao Partido Comunista e, neste caso em concreto, de uma pessoa, que não sendo militante já teria sido vereador eleito pelo PS e que neste momento integrava como membro a Assembleia Municipal. Pretendeu que isso ficasse absolutamente claro e que a diferença de posição teria apenas a ver com o esclarecimento ora proferido pelo Presidente e que os vereadores do Partido Socialista entendiam suficiente para poder tomar uma decisão. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----O Presidente solicitou que também a sua intervenção ficasse transcrita na íntegra em ata dado não haver falado em “dois pesos e duas medidas”. Referiu que aquilo que o vereador Francisco Canudo Sena acabara de dizer seria bem sintomático do que seria a sua gestão, os tais vinte e um votos teriam sido a providência divina, à frente do município de Moura, porque de facto existiria essa preocupação dos “dois pesos e duas medidas”. Esclareceu que a Câmara avançou em processos negociais e isso havia ficado claríssimo quando se falou do Convento do Carmo, tendo o Presidente referido na altura que se estaria no início de um processo negocial o que não comprometeria ninguém, sendo uma vontade expressa e nisso a Câmara estava completamente à vontade. A Câmara Municipal, aludiu negociava e trabalhava com quem se apresentava de boa-fé, fazendo alusão a uma das matérias que actualmente estaria a ser muito controversa e muito falada numa das freguesias do concelho, em relação a uma contratação que a Câmara havia feito, da qual falaria aquando da realização da exposição “Moura – Identificação de um concelho” estivesse terminada. Mais aludiu que quanto a esse peso na consciência que o vereador Francisco Canudo Sena teria, apresentar-se-ia sintomático do que seria o seu tipo de gestão à frente desta Câmara Municipal. -----

-----O vereador Francisco Canudo Sena retorquiu que ao falar em “dois pesos e duas medidas” queria dizer que seria uma questão de consciência. --

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A INTENÇÃO DE CEDÊNCIA DO CONVENTO DO CASTELO À EMPRESA ENCOSTAS D’ALQUEVA, E AINDA A PREPARAÇÃO DE UM PROTOCOLO NESSE SENTIDO A SER SUBMETIDO À CÂMARA MUNICIPAL E À ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA.-----

-----DIVISÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO, GESTÃO FINANCEIRA E RECURSOS HUMANOS-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----PROPOSTA DE ADMISSÃO DE PESSOAL - DOIS ASSISTENTES OPERACIONAIS (GESTÃO FLORESTAL), PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES NO GABINETE TÉCNICO FLORESTAL-----

----- DOC.11/09

-----Nos termos conjugados do artº 57º/1 g) e 30º /1, da Lei nº 35/2014, de 20 de junho, para os efeitos previstos nos números 1 e 2 do artº 64º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, sem prejuízo do recurso ao instrumento de mobilidade interna, foi presente proposta para aprovação, seguida de autorização da Assembleia Municipal, de abertura do procedimento Concursal de admissão de pessoal - dois assistentes operacionais (gestão florestal), para o exercício de funções no gabinete técnico florestal. -----

-----Pedi o uso da palavra o vereador Francisco Canudo Sena para, sobre o assunto em discussão reiterar aquilo que já havia dito anteriormente aquando da alteração ao mapa de pessoal, na altura esclarecido pela vereadora Maria do Céu Rato, referindo que embora os vereadores do Partido Socialista não se opusessem à presente proposta, manifestavam contudo estranheza a que a afectação destes dois assistentes operacionais fosse alocada ao Gabinete Técnico Florestal. -----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE ABERTURA DO PROCEDIMENTO CONCURSAL DE ADMISSÃO DE PESSOAL - DOIS ASSISTENTES OPERACIONAIS (GESTÃO FLORESTAL), PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES NO GABINETE TÉCNICO FLORESTAL E SUBMETTER A MESMA À APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

-----PROPOSTA DE ADMISSÃO DE PESSOAL - CINCO ASSISTENTES OPERACIONAIS (SERVIÇOS GERAIS) PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES NA DIVISÃO DE CULTURA, PATRIMÓNIO E DESPORTO PELO PERÍODO DE SEIS MESES -----

----- DOC.12/09

-----Foi presente proposta para admissão de cinco postos de trabalho na categoria de assistentes operacionais – Serviços Gerais, para o exercício de funções



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

na Divisão de Cultura, Património e Desporto pelo período de seis meses, mediante o recurso à reserva de recrutamento do procedimento concursal publicitado no aviso publicado no Diário da República nº50 - II série datado de 12/03/2014. -----

-----**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE ADMISSÃO DE CINCO POSTOS DE TRABALHO, NA CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL – SERVIÇOS GERAIS, PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES NA DIVISÃO DE CULTURA, PATRIMÓNIO E DESPORTO PELO PERÍODO DE SEIS MESES E SUBMETER A MESMA À APRECIACÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**-----

-----**PARA CONHECIMENTO/COMPARTICIPAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA PARA 2015 - CONSERVATÓRIO REGIONAL DO BAIXO ALENTEJO -**

----- **DOC.13/09**

-----Na sequência da informação enviada pelo Conservatório Regional do Baixo Alentejo, relativamente à comparticipação a atribuir pela Câmara Municipal de Moura no ano de 2015, foi presente o total de atribuição a esta entidade de uma verba no valor de quarenta e quatro mil cento e cinquenta euros, a que correspondem onze tranches mensais, no valor de três mil seiscentos e setenta e nove euros e dezassete cêntimos e uma tranche de três mil seiscentos e setenta e nove euros e treze cêntimos.-----

-----**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A ATRIBUIÇÃO AO CONSERVATÓRIO REGIONAL DO BAIXO ALENTEJO, DE UMA VERBA NO VALOR QUARENTA E QUATRO MIL CENTO E CINQUENTA EUROS NO ANO DE 2015, A QUE CORRESPONDEM ONZE TRANCHES MENSAIS, NO VALOR DE TRÊS MIL SEISCENTOS E SETENTA E NOVE EUROS E DEZASSETTE CÊNTIMOS E UMA TRANCHE DE TRÊS MIL SEISCENTOS E SETENTA E NOVE EUROS E TREZE CÊNTIMOS.**-----

-----O vereador Joaquim Simões não participou na discussão e votação do documento por impedimento legal.-----

-----**LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO**-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

----- DOC.14/09

-----Nos termos do artº 15º da Lei 8/2012 de 21 de fevereiro, alterada com a publicação nº 22/2015 de 17 de março, foi presente para conhecimento e posterior publicação no sítio da internet da autarquia a "Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso". -----

-----TOMADO CONHECIMENTO-----

-----PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO PARA ORGANIZAÇÃO DO XII PASSEIO EQUESTRE NO ÂMBITO DA FEIRA EMPRESARIAL / FÓRUM DE ENERGIAS RENOVÁVEIS / SALÃO DE CAÇA E PESCA -----

----- DOC.15/09

-----No âmbito da realização da XI Feira Empresarial / Fórum de Energias Renováveis / Salão de Caça e Pesca, foi presente proposta de atribuição de apoio financeiro para a organização do XII Passeio Equestre, no valor de quinhentos euros.-----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, PARA A ORGANIZAÇÃO DO XII PASSEIO EQUESTRE, NO VALOR DE QUINHENTOS EUROS, NO ÂMBITO DA REALIZAÇÃO DA FEIRA EMPRESARIAL / FÓRUM DE ENERGIAS RENOVÁVEIS / SALÃO DE CAÇA E PESCA. -----

-----PEDIDO DE PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL - CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PARA A XI FEIRA EMPRESARIAL DE MOURA / IV FÓRUM DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS / IV SALÃO DE CAÇA E PESCA - MAIO DE 2015 -----

----- DOC.16/09

-----Foi presente proposta para que seja autorizada a contratação de uma prestação de serviços de vigilância e segurança, para a XI Feira Empresarial de Moura/IV Fórum das Energias Renováveis/ IV Salão de Caça e Pesca – Maio 2015, nos termos e com os fundamentos da informação da DCPD datada de 15/04/2015.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL - CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PARA A XI FEIRA EMPRESARIAL DE MOURA / IV FÓRUM DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS / IV SALÃO DE CAÇA E PESCA - MAIO DE 2015, NOS TERMOS E COM OS FUNDAMENTOS DA INFORMAÇÃO DA DCPD DATADA DE 15/04/2015.-----

-----PEDIDO DE PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL - CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA HIGIENE, SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO-----

----- DOC.17/09

-----Foi presente proposta para que seja autorizada a celebração de um contrato de prestação de serviços na área da higiene, segurança e saúde no trabalho, nos termos e com os fundamentos da informação da UFGARH datada de 16/04/2015. ----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL PARA A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA HIGIENE, SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO, NOS TERMOS E COM OS FUNDAMENTOS DA INFORMAÇÃO DA UFGARH DATADA DE 16/04/2015.-----

-----PEDIDO DE PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL - CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO PARA DOIS ESPETÁCULOS MUSICAIS A REALIZAR NA XI FEIRA EMPRESARIAL DE MOURA / IV FÓRUM DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS / IV SALÃO DE CAÇA E PESCA - MAIO DE 2015 -----

----- DOC.18/09

-----Foi presente proposta para que seja autorizada a contratação de prestação de serviços para dois espectáculos musicais a realizar na XI Feira Empresarial de Moura / IV Fórum das Energias Renováveis / IV Salão de Caça e Pesca - Maio de 2015, nos termos e com os fundamentos da informação da DCPD datada de 15/04/2015.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL PARA A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE DOIS ESPETÁCULOS MUSICAIS, NOS TERMOS E COM OS FUNDAMENTOS DA INFORMAÇÃO DA DCPD DATADA DE 15/04/2015. -----

-----PEDIDO DE PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL - CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTADORIA INFORMÁTICA -----

----- DOC.19/09

-----Foi presente proposta do Presidente da Câmara Municipal de contratação de prestação de serviços de consultadoria informática à Empresa RBTI – Sistemas de Informação, Unipessoal Lda., nos termos e com os fundamentos da informação da DADGFRH de 01/04/2015. -----

-----O vereador António Gomes pediu para intervir no ponto em análise para referir o teor da informação que, em sua opinião, contrariamente aos anteriores pedidos de parecer prévio, do seu ponto de vista se mostravam bem formulados, este apresentaria uma desconformidade, dado que nos anteriores era identificada uma necessidade levando a concluir que não existia dentro dos serviços da Câmara capacidade de resposta à necessidade pelo que se propunha a contratação externa e no presente documento começar-se-ia por referir que a Câmara pretendia celebrar um contrato de aquisição de serviços com a empresa RBTI, parecendo-lhe que as coisas estariam invertidas, não sendo uma discordância face à contratação desde que o Presidente confirmasse que não existia dentro dos recursos humanos da Câmara capacidade em quantidade ou qualidade que desse resposta à presente situação. Neste contexto deixou como sugestão que estas propostas fossem elaboradas com princípio, meio e fim. -----

----- O Presidente objectou discordar dessa opinião porque do ponto de vista técnico, quem elaborara todas as propostas de pedido de parecer prévio favorável teria sido sempre a mesma pessoa, de acordo com um padrão técnico comum, sendo no inicial difícil dar uma resposta de forma taxativa ao



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

que o vereador estaria a questionar, uma vez que a Câmara Municipal recorria regularmente à contratação de serviços especializados, dando como exemplo, na área da arquitectura. Referiu que embora a Câmara tivesse arquitectos, no entanto, aquilo que se pretendia muitas vezes era precisamente a optimização dos recursos que a Câmara dispõe internamente com a complementaridade de entidades externas. Afirmando a existência de técnicos informáticos na Câmara, tal como os há noutras áreas, o que não obsta a que pontualmente a Câmara não tivesse necessidade de recorrer a serviços na área.-----

-----O vereador António Gomes referiu que, a presente informação não estaria devidamente explícita, referindo que no documento que havia chegado à vereação teria sido importante constar qual a necessidade que estava em causa para que se percebesse se a contratação externa de um serviço poderia ser mais vantajoso para a autarquia, sendo na sua óptica importante perceber os motivos que conduzem a contratações externas.-----

-----O Presidente tornou a referir que não seria impeditiva a existência de técnicos para a contratação externa para optimização dos serviços existentes, tendo como prova disso os resultados favoráveis e visíveis para o município. --

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, AUTORIZAR A CELEBRAÇÃO DE UM CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTADORIA INFORMÁTICA COM A EMPRESA RBTI – SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, UNIPESSOAL LDA., NOS TERMOS E COM OS FUNDAMENTOS DA INFORMAÇÃO, DATADA DE 01/04/2015 DA DADGFRH.-----

-----EDIFÍCIO DOS QUARTÉIS - RESCISÃO DE CONTRATO / ESPAÇO COMERCIAL L2 - ARRENDATÁRIO: JOAQUIM CARINHA DA CUNHA -----

----- DOC.20/09

-----Considerando a impossibilidade de abertura ao público de forma regular o espaço comercial (L 12) no Edifício dos Quartéis, o arrendatário Joaquim Carinha da Cunha veio solicitar a rescisão do respectivo contrato de arrendamento. Neste âmbito, por despacho do Presidente da Câmara Municipal foi autorizado o termo do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

contrato por mútuo acordo, nos termos e com os fundamentos da informação nº 10 de 31/03/2015 da DADGFRH. -----

-----**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, RATIFICAR O DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DATADO DE 01/04/2015 DE AUTORIZAÇÃO DO TERMO DO CONTRATO POR MÚTUA ACORDO, NOS TERMOS E COM OS FUNDAMENTOS DA INFORMAÇÃO Nº 10 DE 31/03/2015 DA DADGFRH.** -----

-----**COBRANÇA DE CONSUMO DE ÁGUA - PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES - REQUERENTE: RUI PEDRO BATALHA GOMES, RESIDENTE NA RUA DO AMPARO, N.º 25, EM MOURA** -----

----- **DOC.21/09**

-----Foi presente requerimento de Rui Pedro Batalha Gomes a solicitar o pagamento em prestações do valor em dívida de 138,51€ referente à cobrança do consumo de água. Face ao requerido e à informação dos serviços foi presente proposta do Presidente da Câmara que se efectue o pagamento do total da dívida do consumo de água, de acordo com o previsto no Regulamento de Abastecimento de Água do concelho de Moura. -----

-----No âmbito do assunto em discussão o vereador Francisco Canudo Sena pediu a palavra para referir que começava a ser recorrente aparecerem para despacho pedidos de pagamento de água em prestações que, por via do que se encontrava regulamentado ficariam obrigadas a ser presentes a reunião de Câmara, pelo que em jeito de sugestão, observou se não seria preferível que se produzisse uma alteração ao Regulamento de Abastecimento de Água, pois estar-se-ia a criar um constrangimento relativo às disponibilidades financeiras e que limitava às seis prestações e aos quarenta euros. -----

-----A vereadora respondeu que até à entrada em vigor do novo Regulamento ainda seria possível à Câmara favorecer os munícipes, contudo, quando o novo regulamento entrasse em vigor já por via da ERSAR e ainda por via da obrigatoriedade, passaria sim a ser muito complicado, pois deixava de existir a possibilidade de ajudar os munícipes e a situação particular das pessoas não se compadecia com as orientações da empresa. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DO PRESIDENTE DA CÂMARA REFERENTE AO PAGAMENTO TOTAL DA DÍVIDA DO CONSUMO DE ÁGUA, DE ACORDO COM O PREVISTO NO REGULAMENTO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO CONCELHO DE MOURA. -----

-----COBRANÇA DE CONSUMO DE ÁGUA - PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES - REQUERENTE: JOAQUIM JOSÉ DA CONCEIÇÃO BARÃO, RESIDENTE NOS EDIFÍCIOS GIRASSOL, LOTE 24 R/CHÃO ESQUERDO, EM MOURA-----

----- DOC.22/09

-----Foi presente requerimento de Joaquim José da Conceição Barão a solicitar o pagamento em prestações do valor em dívida de 859,60€ referente à cobrança do consumo de água. Face ao requerido e à informação dos serviços foi presente proposta do Presidente da Câmara que se efectue o pagamento do total da dívida do consumo de água, de acordo com o Regulamento de Abastecimento de Água do concelho de Moura. -----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DO PRESIDENTE DA CÂMARA REFERENTE AO PAGAMENTO TOTAL DA DÍVIDA DO CONSUMO DE ÁGUA, DE ACORDO COM O PREVISTO NO REGULAMENTO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO CONCELHO DE MOURA. -----

-----COBRANÇA DE CONSUMO DE ÁGUA - PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES - REQUERENTE: MARIA JOÃO CHAGAS ESCOVAL DUARTE, RESIDENTE NO LARGO DA LATÔA, N.º 20 - 1.º ESQUERDO, EM MOURA-----

----- DOC.23/09

-----A pedido de Maria João Chagas Escoval Duarte, foi presente proposta do Presidente da Câmara Municipal, de que nos termos do Regulamento Municipal se estabeleça o pagamento do total em dívida em cinco prestações no valor de quarenta euros, sendo o acerto feito na última prestação. -----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, NOS TERMOS DO REGULAMENTO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO CONCELHO DE MOURA, REFERENTE AO



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

PLANO DE PAGAMENTO DA MUNICÍPE MARIA JOÃO CHAGAS ESCOVAL DUARTE, EM CINCO PRESTAÇÕES NO VALOR DE QUARENTA EUROS, SENDO O ACERTO FEITO NA ÚLTIMA PRESTAÇÃO. -----

-----**GABINETE JURÍDICO**-----

-----**PROPOSTA DE PROJETO DE REGULAMENTO DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO E NÃO SEDENTÁRIA EXERCIDA POR FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES, SUBMISSÃO A APRECIÇÃO PÚBLICA E AUDIÊNCIA DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DOS INTERESSES EM CAUSA E POSTERIOR APROVAÇÃO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA**-----

-----**DOC.24/09**

-----Na sequência da publicação do Decreto-Lei nº 10/2015 de 16 de janeiro e atendendo às necessárias adaptações ao Projeto de Regulamento que foi aprovado em reunião de Câmara de 08/10/2014, foi presente proposta subscrita pelo Presidente de aprovação de apreciação do novo projeto pela Câmara Municipal, o qual após aprovação deverá ser submetido a apreciação pública e nova audiência das entidades representativas dos interesses em causa, antes da aprovação final pela Assembleia Municipal. -----

-----**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O PROJETO DE REGULAMENTO DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIA EXERCIDO POR FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES E SUBMETER O MESMO A INQUÉRITO PÚBLICO POR UM PERÍODO DE 30 DIAS ÚTEIS E À AUDIÊNCIA DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DOS INTERESSES EM CAUSA E APÓS ESTE PROCEDIMENTO SUBMETER À APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

-----**TRANSMISSÃO ONEROSA DO LOTE N.º 46 DA ZONA INDUSTRIAL DE MOURA POR PARTE DA EMPRESA "R.A.I.G- CONSTRUÇÕES, LDA."**-----

-----**DOC.25/09**



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Na sequência do pedido formulado pelo mandatário "Camacho Nunes, Advogados" da Sociedade R.A.I.G. Construções, de autorização de transmissão do lote 46 da Zona Industrial de Moura, foi presente informação jurídica sobre o assunto. Relativamente à pretensão formulada, o Presidente propôs que a Câmara não autorize a transmissão onerosa do referido lote. -----

-----O vereador Francisco Canudo Sena questionou objectivamente o Presidente quanto à decisão sobre o presente pedido de transmissão não onerosa e se este implicaria a reversão do lote para a Câmara, tendo o Presidente respondido afirmativamente, explicando que o lote revertia novamente para a Câmara e seria um processo a ser retomado, o que decorria do regulamento aprovado e posto em prática em situações semelhantes, voltando à reunião de Câmara e encetando-se novo procedimento. -----

-----**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DO PRESIDENTE NO SENTIDO DE QUE A CÂMARA NÃO AUTORIZA A TRANSMISSÃO ONEROSA DO LOTE Nº 46 DA ZONA INDUSTRIAL DE MOURA, NOS TERMOS DA INFORMAÇÃO JURÍDICA SOBRE O ASSUNTO.** -----

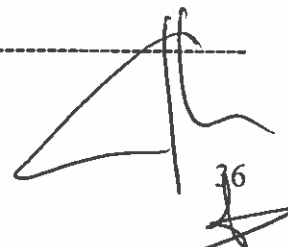
-----DIVISÃO DE APOIO SOCIAL, SAÚDE E EDUCAÇÃO-----

-----**PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE PASSE ESCOLAR NO 3.º PERÍODO DO CORRENTE ANO LETIVO À ALUNA MELISSA MOITA POUPA, RESIDENTE EM AMARELEJA** -----

----- **DOC.26/09** -----

-----No âmbito da informação nº 7 de 25/03/2015 da DASSE, foi presente proposta subscrita pelo vereador Joaquim Simões a submeter à apreciação do órgão executivo, a isenção ao pagamento do passe escolar, no 3º período do corrente ano letivo, à aluna Melissa Moita Poupa.-----

-----**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ISENÇÃO AO PAGAMENTO DO PASSE ESCOLAR, NO 3º PERÍODO DO CORRENTE ANO LETIVO, À ALUNA MELISSA MOITA POUPA.** -----



36



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE PASSE ESCOLAR NO 3.º PERÍODO DO CORRENTE ANO LETIVO À ALUNA ALEXANDRA ISABEL CALHANAS MAVIOSO, RESIDENTE EM AMARELEJA -----

----- DOC.27/09

-----No âmbito da informação nº 8 de 26/03/2015 da DASSE, foi presente proposta subscrita pelo vereador Joaquim Simões a submeter à apreciação do órgão executivo, a isenção ao pagamento do passe escolar, no 3º período do corrente ano letivo, à aluna Alexandra Isabel Calhanas Mavioso. -----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ISENÇÃO AO PAGAMENTO DO PASSE ESCOLAR, NO 3º PERÍODO DO CORRENTE ANO LETIVO, À ALUNA ALEXANDRA ISABEL CALHANAS MAVIOSO. -----

-----PROPOSTA DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE RAMAL DE SANEAMENTO A MARIA DELFINA DOS REIS FLORES, RESIDENTE NA RUA DA REPÚBLICA, N.º 21, EM SOBRAL DA ADIÇA-----

----- DOC.28/09

-----Foi presente proposta de isenção de pagamento de ramal de saneamento a Maria Delfina dos Reis Flores residente na Rua da República, nº21 em Sobral da Adiça, de acordo com o estipulado no artº 8º alínea e) do Regulamento de Taxas da Câmara Municipal de Moura. -----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE RAMAL DE SANEAMENTO A MARIA DELFINA DOS REIS FLORES RESIDENTE NA RUA DA REPÚBLICA, Nº21 EM SOBRAL DA ADIÇA. ---

-----PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE ATRIBUIÇÃO DE VERBA PARA MATERIAL INFORMÁTICO E CONSUMÍVEIS DE INFORMÁTICA PARA O ENSINO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO PARA O ANO LETIVO 2014/2015-----

----- DOC.29/09

-----Com vista à prossecução do objectivo do Programa “+Educação” que visa “melhorar as condições de ensino e aprendizagem através de mais e melhores



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

apoios materiais, (...) e financeiros”, foi presente proposta de atribuição de verbas para aquisição de material didático e pedagógico e de verba para aquisição de consumíveis de informática, nos termos e com os fundamentos da informação datada de 15/04/2015 da DASSE. -----

-----O vereador Francisco Canudo Sena questionou que tendo em atenção que o ano lectivo “caminhava” já para o fim se existiriam constrangimentos até ao presente momento ao nível do funcionamento escolar em termos de material informático, didático e pedagógico ou estas tinham suficiente número e suporte de material que justificasse só agora esta aprovação de atribuição de verba. -----

-----O Presidente fundamentou que a Câmara trabalharia a este nível à semelhança de outros, sempre “perto da linha de água”, e tudo o que fossem materiais consumíveis não só de entidades como as escolas mas também a nível interno, o executivo tinha sempre grandes constrangimentos e dificuldades para fazer face aos pedidos e às necessidades, convocando a Dra. Dina Marques a prestar esclarecimentos adicionais à questão suscitada pelo vereador, esta referiu que o material referente ao ano 2013/2014 havia sido entregue no mês de Setembro e teria vindo a ser utilizado até à presente data, pelo que o agora requisitado, referente ao ano 2014/2015 iria colmatar as falhas existentes. -----

-----Neste âmbito o vereador Francisco Canudo Sena transmitiu que aquilo que chegou ao conhecimento dos vereadores do Partido Socialista seria que os próprios professores estariam a adquirir materiais como tinteiros e a pagá-los do seu próprio bolso. -----

-----O Presidente mostrou desconhecimento face a essa questão mas voltaria a frisar que a Câmara Municipal a este nível estaria a lutar com grandes dificuldades e constrangimentos, afirmando contudo que a Câmara tem vindo a manter desde sempre, uma relação de proximidade com as escolas e já na próxima sexta-feira iria ter uma reunião procurando indagar concretamente o que se estaria a passar. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE VERBAS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁCTICO E PEDAGÓGICO E VERBA PARA AQUISIÇÃO DE CONSUMÍVEIS DE INFORMÁTICA, NOS TERMOS E COM OS FUNDAMENTOS DA INFORMAÇÃO DATADA DE 15/04/2015 DA DASSE.-----

-----DIVISÃO DE CULTURA, PATRIMÓNIO E DESPORTO-----

-----PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO PROGRAMA DAS "COMEMORAÇÕES DO 41.º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL" NO CONCELHO DE MOURA -----

----- DOC.30/09

-----Foi presente para aprovação a proposta de aprovação do programa das "Comemorações do 41.º Aniversário do 25 de abril" no Concelho de Moura.-----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O PROGRAMA DAS "COMEMORAÇÕES DO 41.º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL" NO CONCELHO DE MOURA.-----

-----PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AO GRUPO "LUÍS E SOFIA ZUMBA" NO ÂMBITO DO EVENTO "ZUMBA FITNESS PARTY" ---

----- DOC.31/09

-----Considerando o interesse da iniciativa apresentada, e para que se torne possível a participação e contribuição do grupo "Luís e Sofia Zumba", no próximo dia 18 de abril, em Lisboa no evento "Zumba Fitness Party", foi presente proposta de atribuição de um apoio financeiro de duzentos e cinquenta euros, para fazer face a despesas de deslocação.-----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM APOIO FINANCEIRO DE DUZENTOS E CINQUENTA EUROS, PARA FAZER FACE A DESPESAS DE DESLOCAÇÃO DO GRUPO "LUÍS E SOFIA ZUMBA", NO PASSADO DIA 18 DE ABRIL, EM LISBOA NO EVENTO "ZUMBA FITNESS PARTY". -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DO CONCURSO DE MASTROS POPULARES / COMEMORAÇÕES DO FERIADO MUNICIPAL -----

----- DOC.32/09

-----No âmbito das comemorações do Feriado Municipal, foi presente proposta de aprovação do regulamento do concurso de mastros populares, a realizar em 23 de junho de 2015.-----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DO CONCURSO DE MASTROS POPULARES, A REALIZAR EM 23 DE JUNHO DE 2015.-----

-----PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DO 14.º FESTIVAL DE MARCHAS POPULARES - MOURA 2015 / COMEMORAÇÕES DO FERIADO MUNICIPAL -----

----- DOC.33/09

-----Foi presente proposta de aprovação do Regulamento do 14º Festival de Marchas Populares/Comemoração do Feriado Municipal. -----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DO 14º FESTIVAL DE MARCHAS POPULARES/ COMEMORAÇÃO DO FERIADO MUNICIPAL. -----

DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E CONSERVAÇÃO

-----EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO DO LEILÃO DE GADO EM MOURA - PROPOSTA DE MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO (6.ª) ----

----- DOC.34/09

-----Foi presente proposta do Presidente, exarada na informação nº 72 de 07/04/2015 da DOMC, relativa à proposta da 6ª modificação objectiva do contrato referente à Empreitada de Construção do Edifício do Parque de Leilão de Gado, em Moura nos termos do nº 1 do art.º 311º do CCP, a qual deverá contemplar um acréscimo de sessenta dias ao prazo inicial da obra e suas modificações anteriores. -



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Pedi a palavra o vereador António Gomes para, depois de analisar pormenorizadamente a proposta apresentada, referir que os vereadores do Partido Socialista pretendiam saber os motivos da não concretização da cessão de créditos. -----

-----O Presidente informou que tal como teria sido manifesto em relação a esta intervenção, bem como à da Ribeira da Perna Seca, a firma Gabimarão estaria a atravessar uma situação particularmente difícil do ponto de vista financeiro, o que naturalmente dificultaria o acesso ao crédito por parte desta e a concretização dos planos de trabalho que sucessivamente apresentava, tendo dificuldade em cumprir de forma atempada. Apesar de tudo, mencionou o Presidente, o processo teria vindo a ter continuidade apesar das enormes dificuldades, tendo havido alterações e modificações até no sentido da simplificação quanto a pormenores da obra que se revelavam demasiado onerosos, que à partida a empresa não iria seguramente terminar de forma adequada pelo que o que se encontrava proposto seria que com a 6ª modificação objectiva do contrato a empresa pudesse terminar os trabalhos que ainda não se encontram totalmente concluídos. -----

-----À solicitação do Presidente o Engº Helder Dias começou por explicar que uma das cessões de crédito que poderia ser feita estaria ao nível dos espaços verdes e uma das empresas que a Gabimarão teria pretendido subcontratar acabaria por não aceder à elaboração do contrato o que viria a inviabilizar a possibilidade de haver uma cessão de crédito. Esclareceu que a Câmara Municipal teria mantido mais esta 6ª modificação por ainda restarem algumas concretizações, nomeadamente os resguardos das pontes e as pavimentações, aspetos a que a Câmara verificaria na sequência de uma reunião. Disse que se calculava que a empresa ainda poderia ter capacidade de terminar alguns artigos como havia referido o Presidente. -----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE 6ª MODIFICAÇÃO OBJECTIVA DO CONTRATO REFERENTE À EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO DO PARQUE DE LEILÃO DE GADO, EM MOURA. --



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----PLANO DE AÇÃO DO MUNICÍPIO DE MOURA PARA A GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS -----

----- DOC.35/09

-----No âmbito do Decreto-Lei nº 70/2015 de 02/04, foi apresentada proposta de Plano de Ação do Município de Moura para a gestão dos resíduos urbanos, o qual foi aprovado por despacho do Presidente datado de 13/04/2015.Tendo em consideração que a APA veio alargar o prazo para apresentação dos planos até ao próximo dia 30 de abril, procedeu-se à verificação do documento e à introdução de algumas alterações de reduzida amplitude, sendo mantido, no essencial, os mesmos fundamentos exarados nos termos da informação nº 78 de 17/04/2015 da DOMC. ----

-----O vereador Francisco Canudo Sena, no âmbito do plano dos resíduos urbanos, e da leitura que teria feito deste, verificara a existência de algumas questões que lhe suscitavam dúvidas; em primeiro o facto da maior parte das diversas acções previstas só virem a ter início no ano 2016; outra residia no facto da recolha de vidro para os anos 2017/2018, perguntando se existiria alguma razão específica para que tal viesse a acontecer. Face às questões apresentadas o Presidente solicitou a presença da Engª Margarida João para que esta pudesse esclarecer essas dúvidas. -----

-----A Engª Margarida principiou por referir que o plano seria para os próximos cinco anos, ou seja até 2020, plano esse que já havia dado entrada na APA, havendo uma limitação ao ano 2015 por o referido plano não se encontrar previsto no Orçamento. Continuou referindo que algumas das acções seriam candidatas tendo financiamentos próprios pelo que a Câmara teria de contar já nos próximos Orçamentos com as referidas acções. Quanto à previsão de recolha do vidro apenas para os anos 2017/18, a engenheira referiu que pelo material em si e por razões de segurança seria um tipo de recolha que obedeceria a algumas especificidades obrigando a um maior investimento, pelo que havia sido dada a oportunidade de avançar com os materiais de mais fácil manuseamento e separação; o vidro, no porta a porta entraria numa fase mais avançada e já com os equipamentos adequados. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

----- A vereadora Maria do Céu Rato, no seguimento das informações prestadas pela Eng^a Margarida complementou informando que a Câmara Municipal elaborara este plano de acção, tendo em conta a falta de verbas, elencando os grandes problemas que existiam, nomeadamente em termos de recolha no comércio e noutras áreas e ainda as metas a atingir, não dispondo a Câmara de meios nem equipamento, pelo que este plano encontrar-se-ia devidamente coordenado com a Resialentejo no sentido de ter o apoio necessário duma estrutura que apoia inúmeros municípios o que não invalidaria que a Câmara não viesse a poder candidatar-se individualmente. Neste momento acrescentou, existiam determinados objectivos que a Câmara se propunha atingir, lembrando que sem sensibilização não se conseguia fazer nada, afirmou que não deixará de existir a reciclagem como a conhecemos, no entanto, o objectivo centrar-se-ia em ter maior incidência com meios próprios ou que possam vir a ser adquiridos, no sentido de melhorar a recolha selectiva e a reciclagem no seu todo abrangendo o concelho, reafirmando ser este um plano pensado a longo prazo que dependeria do conseguido a nível de verbas, daí a apresentação desses *timings*.-----

-----O Presidente deixou ainda uma nota que lhe parecia importante face aos planos em causa, lembrando que a Câmara estaria a avançar com as candidaturas em termos de quadro comunitário, não existindo por ora uma noção clara do que iria ser financiado, pelo que todos os planos que a Câmara de Moura pudesse apresentar actualmente serão susceptíveis de ajustes e acertos nomeadamente em termos do cronograma. Face aos equipamentos e outros materiais, o Presidente informou que estes seriam fruto de financiamento à medida que os concursos e as linhas de financiamento se forem abrindo, sendo que por detrás de todos estes planos e projetos existia uma preocupação comum a todos dado que neste concelho existe uma fraquíssima *performance* ao nível da reciclagem, o concelho de Moura apresenta um nível de destruição de equipamento substancialmente superior face a outros municípios, nomeadamente no que se refere à deposição ilegal de resíduos que ocorre deste há muitos anos a esta parte. Referiu que o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

principal problema não passa pela eficácia dos trabalhadores municipais nem pela insuficiência de equipamento, embora este não fosse o bastante, mas sim por um necessário programa de educação ambiental, o que permitirá melhorar a todos os níveis, inclusivamente até do ponto de vista financeiro, uma vez que a deposição de lixo em aterro pesará de forma substancial na fatura a pagar pela Câmara Municipal. -----

-----O vereador Francisco Canudo Sena disse concordar e apoiar o que havia referido o Presidente restando-lhe no entanto uma dúvida face à recolha do vidro referida ser só a partir do ano 2018, ao que seria esclarecido que haveria essa recolha mas só porta a porta.-----

-----O Presidente informou que essa questão seria mais um problema com o qual a Câmara se iria deparar, pois arriscava a que a partir do momento em que se colocasse em prática esse tipo de reciclagem ou que esta passasse a ser obrigatória como o porta a porta, a Câmara ou ia precisar de mais equipamentos, podendo não ter capacidade financeira para tal situação, ou precisar-se-ia de outra atitude por parte dos munícipes o que dependia dos programas de educação e sensibilização ambiental. -----

-----No uso da palavra a vereadora Maria do Céu Rato esclareceu que existirá a instalação de vidrões por proximidade com sistema de volteio para baldes previsto pela Resialentejo, pelo que voltaria a frisar que este plano estaria integrado numa acção comum entre a Câmara Municipal e esta última. -

-----Para finalizar o Presidente quis deixar uma ideia muito precisa e muito clara face a estes programas, começando por referir que a Câmara poderia fazer qualquer tipo de programa contudo, na falta de recursos financeiros que permitissem sustentar este tipo de projectos, o sistema nunca funcionaria, na falta de qualificação de recursos humanos ou de projectos de requalificação dos mesmos que a Câmara queira e deva implementar ao nível da recolha de resíduos, estes projectos nunca funcionarão porque seria no terreno que surgem as realidades objectivas com as quais a Câmara Municipal se terá de confrontar, pelo que, segundo o Presidente há que tomar estes documentos como documentos enquadradores, como documentos identificativos em



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

termos de trabalho futuro, sem perder o rumo nem os objectivos que devem procurar conseguir ao nível dos fundos comunitários. -----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O PLANO DE AÇÃO DO MUNICÍPIO DE MOURA PARA A GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS, SUBMETTER O MESMO À CCDR DO ALENTEJO, NOS TERMOS DA INFORMAÇÃO Nº78 DE 17/04/2015 DA DOMC. -----

-----CONCURSO PÚBLICO N.º 09/2010-EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO ENVOLVENTE AO ANTIGO MATADOURO MUNICIPAL DE MOURA - PROPOSTA DE NÃO APLICAÇÃO DO VALOR DA MULTA CONTRATUAL POR VIOLAÇÃO DOS PRAZOS CONTRATUAIS -----

----- DOC.36/09

-----Na sequência do parecer do Chefe da DOMC, exarado na informação nº 43/2015 da DOMC, foi presente proposta do Presidente de não aplicação da multa contratual no valor de setenta e três mil, setecentos e setenta e dois euros e cinquenta e um cêntimos, na empreitada de Requalificação do Espaço envolvente ao Antigo Matadouro Municipal de Moura.-----

-----O vereador Francisco Canudo Sena pediu a palavra para apontar algumas dúvidas que haviam subsistido após a leitura do presente documento concretamente no que se refere à obrigação dos incumprimentos contratuais, questionando de quem seria efectivamente essa responsabilidade.-----

-----O Presidente respondeu que essa responsabilidade seria da empresa Vibeiras, contudo o que fragilizaria a responsabilidade da Câmara Municipal seria a indicação por parte da fiscalização de que a obra estaria executada em conformidade. -----

-----DELIBERADO, POR MAIORIA, COM QUATRO VOTOS A FAVOR E TRÊS ABSTENÇÕES DOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA, APROVAR A PROPOSTA DO PRESIDENTE NO SENTIDO DA CÂMARA MUNICIPAL NÃO APLICAR A MULTA CONTRATUAL, NO VALOR DE SETENTA E TRÊS MIL, SETECENTOS E SETENTA E DOIS EUROS E CINQUENTA E UM CÊNTIMOS REFERENTE À EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

ENVOLVENTE AO ANTIGO MATADOURO MUNICIPAL DE MOURA, NOS TERMOS E COM OS FUNDAMENTOS DA INFORMAÇÃO Nº 43 DE 04/03/2015 DA DOMC.-----

-----DIVISÃO DE PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA-----

-----OBRA NA RUA DO ESPÍRITO SANTO, N.º 23, EM MOURA -
CONCLUSÃO DOS TRABALHOS-----

----- DOC.37/09

-----Ao abrigo do processo "Intervenção em habitação social", foi presente informação nº 289 de 02/04/2015 da DPAU a dar conhecimento de que se encontra concluída a obra na Rua do Espírito Santo, nº 23 em Moura cujo beneficiário é Joaquim Maurício, no âmbito do Regulamento de Concessão de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de Moura, pelo que foi presente proposta do Presidente da Câmara de aprovação do pagamento no valor total de sete mil, setenta e dois euros e cinquenta cêntimos. -----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DO PRESIDENTE DA CÂMARA DO PAGAMENTO NO VALOR TOTAL DE SETE MIL, SETENTA E DOIS EUROS E CINQUENTA CÊNTIMOS, RELATIVO AO PROCESSO "INTERVENÇÃO EM HABITAÇÃO SOCIAL" NA RUA DO ESPÍRITO SANTO, Nº 23 EM MOURA CUJO BENEFICIÁRIO É JOAQUIM MAURÍCIO, NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS DO MUNICÍPIO DE MOURA.-----

-----PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO LOTEAMENTO MUNICIPAL DA HORTA DE S. FRANCISCO-----

----- DOC.38/09

-----Na sequência do parecer do Chefe da DOMC, exarado na informação nº 326/2015 da DPAU, foi presente proposta de alteração ao Loteamento Municipal da Horta de S. Francisco.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ALTERAÇÃO AO LOTEAMENTO MUNICIPAL DA HORTA DE S. FRANCISCO, NOS TERMOS E COM OS FUNDAMENTOS DA INFORMAÇÃO Nº 326 DE 16/04/2015 DA DPAU.----

-----PEDIDO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DA ATIVIDADE AGROINDUSTRIAL DESENVOLVIDA NA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA SITA NA COURELA DOS ALEIXOS PRÉDIO RÚSTICO N.º 9 SEÇÃO C DA FREGUESIA DE AMARELEJA - REQUERENTE: JOSÉ MANUEL COELHO E SUBMISSÃO DO DOCUMENTO A APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA-----

----- DOC.39/09

-----Na sequência do requerimento do munícipe José Manuel Coelho, para emissão de deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal na regularização do estabelecimento industrial localizado no prédio rústico nº 9 secção C da Amareleja, foi presente proposta do Presidente da Câmara de que a Câmara Municipal delibere o reconhecimento de Interesse Público Municipal, nos termos e com os fundamentos da informação nº241 de 17/03/2015 da DPAU e que se remeta o documento para aprovação pela Assembleia Municipal.-----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DO PRESIDENTE DA CÂMARA NO SENTIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL, NOS TERMOS E COM OS FUNDAMENTOS DA INFORMAÇÃO Nº241 DE 17/03/2015 DA DPAU E QUE SE REMETA O DOCUMENTO PARA APROVAÇÃO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

-----PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DAS ATIVIDADES AGROINDUSTRIAS DESENVOLVIDAS PELA EMPRESA VALE FORMOSO, S.A. - PRÉDIOS RÚSTICOS N.ºS 251,244,140,141,142,143,144,146,151 E 369 DA SEÇÃO B DA FREGUESIA DA PÓVOA DE S. MIGUEL, E ALTERAÇÃO DA DELIMITAÇÃO DA RESERVA



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

**ECOLÓGICA NACIONAL (REN) DO CONCELHO DE MOURA - REQUERENTE:
VALE FORMOSO S.A.-----**

----- DOC.40/09

-----Foi presente solicitação de Reconhecimento de Interesse Público Municipal das atividades agro-industriais desenvolvidas pela Empresa Vale Formoso, S.A.. Neste âmbito, foi presente proposta subscrita pelo Presidente da Câmara, no âmbito das suas competências (cfr. Alínea ccc) do nº1 do artigo 33º da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, de reconhecimento de interesse Público Municipal para as atividades agro-industriais desenvolvidas pela Empresa Vale Formoso, S.A., assim como, da instalação do estabelecimento industrial e alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do concelho de Moura, a realizar pelo município que assumirá um carácter excepcional, de modo a viabilizar a construção da unidade agro-industrial. -----

-----**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DAS ATIVIDADES AGROINDUSTRIAIS DESENVOLVIDAS PELA EMPRESA VALE FORMOSO S.A. E AINDA A ALTERAÇÃO SIMPLIFICADA DA DELIMITAÇÃO DA REN DO CONCELHO DE MOURA, QUE ASSUMIRÁ UM CARÁCTER EXCEPCIONAL, DE MODO A VIABILIZAR A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE AGRO-INDUSTRIAL E SUBMETTER A MESMA À APRECIAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

-----**EMPREITADA DE RESTAURO DA IGREJA DO ESPÍRITO SANTO EM MOURA - REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA E CONTA FINAL -----**

----- DOC.41/09

-----Foi presente parecer do chefe da DOMC exarado na informação nº 23/2015 de 09/02/2015, a propor a aprovação da revisão de preços definitiva e a conta final da empreitada, para posterior envio ao empreiteiro. -----

-----**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA E A CONTA FINAL DA EMPREITADA PARA POSTERIOR ENVIO AO EMPREITEIRO, NOS TERMOS E COM OS FUNDAMENTOS DA INFORMAÇÃO Nº 23/2015 DE 09/02 DA DOMC. -----**



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----REGULAMENTO MUNICIPAL DE REMOÇÃO E RECOLHA DE VEÍCULOS NA VIA PÚBLICA - PARA CONHECIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA E SUBMISSÃO À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA-----

----- DOC.42/09

-----Exarado na informação nº305/2015 de 13/04 da DPAU, após submissão a consulta pública foi presente o Regulamento Municipal de Remoção e Recolha de Veículos na Via Pública, para conhecimento da Câmara Municipal e submissão à aprovação da Assembleia Municipal de Moura. -----

**-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, SUBMETER O REGULAMENTO
MUNICIPAL DE REMOÇÃO E RECOLHA DE VEÍCULOS NA VIA PÚBLICA À
APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA.-----**

-----PERÍODO RESERVADO AO PÚBLICO -----

-----O Presidente iniciou este período passando a palavra ao munícipe Francisco Manito residente em Moura que questionou em que ponto se encontrava a resolução do problema da sua habitação que ardera na Travessa das Cruzes, ao que o munícipe seria informado pelo Presidente que a sua situação se encontrava numa lista de prioridades que terá cerca de trinta habitações, referindo que as casas estariam inscritas na referida lista, não por ordem de chegada mas sim por prioridade de necessidade, de qualquer forma o Presidente dispôs-se a agendar uma reunião com o Sr. Francisco e o Dr. André Linhas Rôxas para fazer uma análise do ponto da situação. -----

-----Não havendo mais intervenções, o Presidente deu como encerrado este período. -----

-----VOTAÇÃO DA MINUTA DA ATA -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3, do art.º 57º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, foi elaborada minuta, com os pontos constantes da Ordem de Trabalhos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

que, depois de lida, foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade e assinada pelo Presidente e Secretário. -----

-----ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente encerrada a reunião eram dezanove horas e vinte minutos.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, a qual vai ser presente à reunião seguinte, com vista à sua aprovação e assinatura pelo Presidente e pelo Secretário.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA, 22 de abril de 2015

PRESIDENTE: _____

SECRETÁRIO: _____